

Assunto: Justiça próxima do cidadão do interior	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: B1	Data: 08/06/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

tjpe

Justiça próxima do cidadão do interior



ASSESSORIA DO TIPE/IDIVULGAÇÃO

1ª Câmara Regional de Caruaru agilizou os processos para a população do Agreste e Sertão. POLÍTICA B3

Assunto: Mais próximo do cidadão do interior	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: b3	Data: 08/06/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Mais próximo do cidadão do interior



ASSESSORIA DO TJPE/DIVULGAÇÃO

Desde a sessão solene de instalação da 1ª Câmara Regional do TJPE em Caruaru, já foram julgados mais de dois mil processos no órgão



Desembargadores Fábio Eugênio e Eudes França

1ª Câmara Regional de Caruaru agilizou os trâmites dos processos para a população residente, sobretudo no Agreste e Sertão

Com a meta de aproximar cada vez mais o Poder Judiciário dos pernambucanos, a atual gestão do Tribunal de Justiça do estado (TJPE), em uma de suas mais recentes ações, descentralizou os serviços judiciais do segundo grau. Desde fevereiro, cerca de 3,9 milhões de habitantes do Agreste e Sertão têm à disposição a 1ª Câmara Regional. Sediada em Caruaru, ela exerce um papel importante no sentido de garantir à população os seus direitos constitucionais.

O presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves, lembrou que em 192 anos de existência, os serviços do segundo grau (que consiste no julgamento de ações) eram realizados apenas no Palácio da Justiça, no Recife. "Muitas vezes, o fato de um cidadão do interior não recorrer de uma decisão não significava que ele estava satisfeito com a decisão do juiz, mas a ver-

dade é que ele não tinha condições de pagar o transporte de um advogado do interior até a capital", explicou, acrescentando que a instalação da Câmara Regional garante o acesso à Justiça, princípio presente na Constituição do país.

Na prática, o que a Câmara Regional proporciona aos moradores do interior é uma maior agilidade na tramitação de processos. "Dependendo do caso, o julgamento de um pedido acontece em dois ou três dias. Caso fosse julgado no Recife, demoraria de dois a três meses", destacou Frederico Neves. Em quatro meses de funcionamento, os seis desembargadores que atuam em Caruaru já julgaram pouco mais de 2 mil processos.

O presidente da Câmara Regional, o desembargador Eudes França, destacou que a área de abrangência vai de Gravatá, no Agreste, até Petrolina, no Sertão. "São duas turmas, cada uma com três

desembargadores, que julgam processos das áreas cível, criminal e fazendária”, explicou. Na prática, a agilidade tem se refletido num bom retorno por parte da sociedade. “Temos observado uma boa recepção dos cidadãos interioranos. A Câmara vem se sedimentando a cada dia e isso naturalmente provoca a agilização dos processos. Sendo assim, conseguimos atender ao anseio da sociedade de ver suas demandas acolhidas, assim como a expectativa dos próprios advogados”.

A maioria dos processos em tramitação são oriundos de Arcoverde, Caruaru, Garanhuns e Petrolina. “Grande parte deles pertencem à área fazendária, já que havia uma demanda muito reprimida nesse aspecto. Em seguida, vêm os das áreas cível e criminal”, detalhou Eudes França. A rotina administrativa na Câmara é semelhante à de qualquer outro tribunal.

A instalação da Câmara só foi possível graças ao empenho da atual gestão do TJPE. Ela saiu do papel dez meses

após o governo do estado ter sancionado o projeto que autorizava a sua criação.

Itinerantes

Além das sessões, os desembargadores realizarão também audiências itinerantes. Na prática, a iniciativa vai agilizar ainda mais a tramitação dos processos, já que os julgamentos serão realizados nos próprios municípios do Agreste e do Sertão. A previsão é de que as primeiras aconteçam já no segundo semestre deste ano.

+ saibamais



A 1ª Câmara Regional em números:

3,9 milhões

é a quantidade de pernambucanos beneficiados pela instalação da Câmara, sendo:

2,3 milhões

de habitantes do Agreste
1,6 milhões de habitantes do Sertão

Em quatro meses de funcionamento,
4.268 processos foram distribuídos

Desses, 2.003 processos foram julgados, sendo:

1.411 julgados de forma monocrática (por cada um dos desembargadores)

592 julgados em sessões (pelo colegiado de desembargadores)

São julgadas três tipos de ações na Câmara:

Fazendária
Criminal
Cível

Arcoverde, Caruaru Petrolina e Garanhuns são os municípios que possuem mais processos em tramitação na Câmara

População exalta celeridade

JULIO JACOBINA/DP/DA PRESS



“

***A instalação
da Câmara
(Regional do
TJPE, em
Caruaru) agilizou
muito todo
o trâmite”***

Otávio Maia,
advogado, conseguiu
resolver com mais
agilidade a pendência
do pai, José Arraes

■ Otávio Maia,
advogado

População exalta celeridade

Com quatro meses de funcionamento, a primeira Câmara Regional do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) já beneficiou muitos moradores do interior do estado. Entre os mais de 2 mil processos já julgados, está o do aposentado José Arraes Maia, de 80 anos, morador de Salgueiro, no Sertão do estado. Graças à instalação da Câmara, ele conseguiu garantir de maneira mais rápida o direito a um medicamento para o tratamento do câncer.

O caso do aposentado foi conduzido pelo filho, o advogado Otávio Maia. “O plano de saúde não quis custear as despesas com um remédio importado.

so em tramitação na Câmara Regional, a celeridade nos julgamentos é um ponto positivo para a sociedade. Ele entrou com uma ação cível de abuso contra o consumidor. O processo foi encaminhado do Fórum de Caruaru para a Câmara Regional.

Eles alegaram que o medicamento, importado dos EUA, não tinha autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para ser comercializado aqui”, explicou Maia. Após diversas tentativas de negociação, ele resolveu entrar com um pedido judicial na comarca de Salgueiro. Após liminar favorável, o plano de saúde recorreu, fazendo com que o caso fosse analisado pela Câmara Regional.

“O processo chegou em Caruaru no início de abril. Um mês depois já havia sido julgado, a favor do meu pai. Foi tudo muito rápido. A instalação da Câmara agilizou muito todo o trâmite”, destacou

o advogado. Apesar da decisão judicial, seu José Arraes ainda aguarda a chegada do medicamento. Ele viaja para o Recife três vezes por semana, onde passa por sessões de quimioterapia.

Para o advogado Cláudio Cumaru, que tem um proces-

Assunto: De Pernambuco para os Tribunais de Justiça do país	
Veículo: Diario de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção:
Página: 1	Data: 07/06/2015

DIARIO de **PERNAMBUCO**

DE PERNAMBUCO PARA OS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO PAÍS

Para se aproximar mais da população, o TJPE tem implantado uma série de ações nos últimos anos, que vai desde um maior empenho para dar celeridade aos processos à descentralização das atividades do próprio Tribunal. Essas e outras iniciativas serão apresentadas a todos os 27 presidentes dos tribunais de Justiça do país. PODER A8 e A9

Assunto: Exemplos para o país	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: B1	Data: 07/06/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

tipe

Exemplos para o país



ASSESSORIA DO TJPE/DIVULGAÇÃO

Tribunal de Justiça de Pernambuco vai apresentar iniciativas que vêm dando certo no estado durante evento que vai reunir tribunais de todo o país.

POLÍTICA B8 e B9

Assunto: Avanços para atender as demandas da sociedade	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: b8	Data: 07/06/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Avanços para atender as demandas da sociedade



Tribunal de Justiça de Pernambuco vem priorizando ações que contribuam na celeridade dos processos judiciais

TJPE vai apresentar iniciativas que vêm dando certo em Pernambuco durante evento que vai reunir tribunais de todo o país no estado

Superar os desafios e aproximar cada vez mais o Poder Judiciário da população tem sido a principal prioridade do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Para alcançá-la, nos últimos anos a atual gestão tem implantado uma série de ações, que vai desde um maior empenho para dar celeridade aos processos à descentralização das atividades do próprio Tribunal, contemplando várias regiões do estado. Essas e outras iniciativas adotadas em solo pernambucano serão apresentadas a todos os 27 presidentes dos tribunais de Justiça do país. Eles desembarcam no estado para um evento que será realizado entre os dias 18 e 20 de junho, no município do Cabo de Santo Agostinho.

Trata-se da 103ª edição do encontro do Colégio Permanentemente de Presidentes de Tribunais de Justiça do país. “Nós vamos debater temas jurídicos e administrativos que são relevantes e auxiliam na implementação de boas práticas”, explicou o presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves. Na prática, o encontro será uma grande troca de experiências de iniciativas que estão dando certo em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, no qual a grande beneficiada será a população.

No caso de Pernambuco, a atual gestão do TJPE tem bus-

cado uma maior eficiência de seus serviços para prestar um melhor atendimento à população, segundo Frederico Neves. Ele pontuou algumas das boas práticas que serão mostradas no encontro. "Uma delas foi a subdivisão das 34 Varas Cíveis em seções A e B. Na prática, isso significa maior comodidade para a população, já que em cada seção há uma estrutura montada, o que permitiu a ampliação do horário. O cidadão

chega às 7h e já é atendido", explicou.

Além da comodidade, o TJPE também tem se preocupado com a agilidade na tramitação dos processos, segundo Frederico Neves. "Nós criamos as centrais de agilização, nas quais os juízes atuam em unidades judiciárias mais asoberbadas", disse.

Nesse sentido, a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) também é importante. "Ao final do primei-

ro ano de gestão, conseguimos implementá-lo em 95 unidades judiciais. O PJe tem tudo a ver com celeridade, economia e segurança".

Presenças

Além dos 27 presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o país, há a possibilidade de outras autoridades prestigiar o encontro. É o caso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. O ministro Jor-

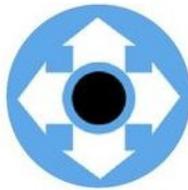
ge Mussi, do Supremo Tribunal de Justiça (STJ), também está sendo aguardado. A abertura oficial do evento será no salão nobre do Pleno do TJPE e o restante da programação no Sheraton Reserva do Paiva. "É um encontro muito bom para o estado. Mostra que Pernambuco está atuando de forma positiva, tanto que conseguimos trazer autoridades de todo o país para discutir pontos fundamentais que interessam ao Poder Judiciário".

+ saiba mais

103º encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça

O evento contará com a presença de todos os presidentes de Tribunais de Justiça do país e vai debater temas jurídicos e administrativos com a finalidade de uniformizar a aplicação de boas práticas que possam contribuir para uma maior prestação de serviço à população.

O encontro será realizado nos dias 16, 17 e 18, no Sheraton Reserva do Paiva, localizado no Cabo de Santo Agostinho.



Descentralização

Desde fevereiro deste ano está em funcionamento a primeira Câmara Regional do TJPE, em Caruaru, que vem beneficiando uma população de aproximadamente 3,9 milhões de pessoas que vivem no Agreste e Sertão do estado

Agilidade

Com o objetivo de dar maior celeridade aos processos, foi instalada a Central de Agilização, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. No ano passado, mais de 1,8 mil processos tiveram o julgamento acelerado graças ao trabalho



Ampliação de horário

Com o objetivo de melhorar os serviços prestados à população, o TJPE implantou um modelo diferenciado nas 34 Varas Cíveis da Capital. Desde setembro de 2014, as unidades passaram a funcionar das 7h às 19h

Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais

O TJPE criou 2 Varas de Execução de Títulos Extrajudiciais na Capital. As unidades ficam responsáveis por processar e julgar ações de execuções cíveis em que o direito ao crédito já está garantido à parte cobradora

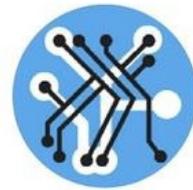


Reforço no quadro de juizes

Em setembro de 2014, o TJPE empossou 61 novos juizes, aprovados no último concurso, para assumir comarcas no interior do estado. Com a posse, o Tribunal passou a contar com aproximadamente 460 juizes

Câmaras Extraordinárias

Instaladas em 2014 para acelerar o julgamento de processos mais antigos do 2º Grau, as três Câmaras Extraordinárias do TJPE julgaram 1.482 processos até dezembro



Tecnologia

O TJPE ficou em primeiro lugar, entre todos os tribunais do país, no quesito tecnologia. O tribunal possui o melhor porte em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o que demonstra a priorização que o tema tem recebido

Crimes contra a vida

Avançou no julgamento dos processos mais antigos de crimes dolosos contra a vida, desafogando Varas do Tribunal do Júri. O Poder Judiciário de Pernambuco foi o que mais julgou ações abrangidas pela Meta 4 da Enasp

150
COMARCAS

500
VARAS

55
JUIZADOS

11
CENTRAIS

451
JUÍZES

52
DESEMBARGADORES

6.823
SERVIDORES

Novo Código de Processo Civil em discussão

Outro tema que será amplamente discutido durante o encontro é novo Código de Processo Civil, um conjunto de normas e diretrizes que devem ser seguidas pelo Poder Judiciário. O texto tem o intuito de simplificar, agilizar e tornar mais transparentes os processos judiciais na esfera civil. Sancionado em março deste ano pela presidente Dil-

ma Rousseff (PT), as novas regras passarão a valer apenas a partir de março de 2016.

"Esse novo código traz muitas inovações, como a redução do número de recursos e a interpretação legislativa a partir dos princípios constitucionais", comentou o presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves. O diálogo é um dos pontos que

também é abordado no novo texto, segundo ele. "É preciso que cada um dos participantes do processo tenha o compromisso de lealdade, cooperação e boa fé, na busca de uma solução que seja, ao mesmo tempo, rápida e segura", frisou.

"São muitos mecanismos a serem debatidos, como a importância da mediação e da

conciliação, por exemplo. Então, como estamos na busca de uma maior eficiência do serviço judicial, é fundamental que possamos discutir o texto do novo código no encontro", pontuou. A criação de centros de solução consensual de conflitos em todos os tribunais é um dos pontos mais importantes do novo texto. Na prática, essa medi-

da deve incentivar a resolução pacífica das demandas, em vez da atual visão litigiosa. Além disso, a nova legislação extingue recursos e restringe o uso de outros. O novo Código de Processo Civil estava em tramitação no Congresso Nacional desde 2009 e foi aprovado em votação final, no Senado, em dezembro do ano passado.

“
São muitos
mecanismos
a serem
debatidos,
como a
importância da
mediação”

Frederico Neves,
presidente do TJPE

Assunto: “O tribunal existe em razão do povo”	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Política	Seção:
Página: b9	Data: 07/06/2015

DIÁRIO de PERNAMBUCO

entrevista >> desembargador
Frederico Neves, PRESIDENTE DO TJPE

“O tribunal existe em razão do povo”

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TJPE/DIVULGAÇÃO



Neves destacou a necessidade de se avançar no combate à violência contra a mulher em Pernambuco

Presidente do
TJPE, Frederico
Neves, ressalta a
importância da
integração dos
órgãos do
Judiciário para
se aproximar da
sociedade

“

O juiz precisa ter a consciência de que presta um serviço público, e por isso ele deve estar disponível para ouvir as pessoas”

Frederico Neves,
presidente do TJ-PE

Além da aproximação entre a Justiça e os pernambucanos, outra prioridade da atual gestão do Tribunal de Justiça do estado (TJPE) tem sido a de fortalecer as relações interinstitucionais e institucionais. Em entrevista ao *Diário*, o presidente do TJPE, o desembargador Frederico Neves, afirmou que é preciso haver um trabalho harmonioso entre os órgãos que compõem o Poder Judiciário, no sentido de aprimorar os serviços que são oferecidos. Ainda segundo ele, “o tribunal existe em razão do povo e não pode ficar distanciado da população”.

Sobre a 103ª edição do encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, que acontece na próxima semana, Neves adiantou que, além de mostrar as ações que estão sendo desenvolvidas durante sua gestão, pretende conhecer iniciativas adotadas em outras federações.

O presidente também adiantou algumas ações que serão implementadas até o fim do ano, a exemplo da instalação, no interior, de duas Varas que vão tratar exclusivamente da violência contra a mulher, além da criação da mais uma vara de execução penal.

Justiça e sociedade

“ Nós lutamos, desde o primeiro momento da nossa gestão, pelo fortalecimento das relações interinstitucionais e institucionais. Sendo assim, precisamos nos relacionar da melhor maneira possível com os outros poderes para melhorarmos nossos serviços. Nesse contexto, o Judiciário também deve lutar intransigentemente por uma relação de harmonia e independência com os poderes Executivo e Legislativo. É fundamental que tenhamos uma defensoria pública e um Ministério Público fortes. Precisamos da articulação de todos nessa tarefa.

Papel dos juízes

“ O juiz precisa ter a consciência de que presta um serviço público, e por isso ele deve estar disponível para ouvir as pessoas. O juiz não pode, como diz um desembargador paulista, ficar no altar das celebridades. Ele é um cidadão como qualquer outro, um servidor público que presta um serviço público relevante na busca da paz social. É preciso manter o gabinete aberto para ouvir as pessoas e, a partir daí, prestar um serviço eficiente.

Bons exemplos

“ Tem a audiência de custódia, que está havendo no estado de São Paulo. É um projeto piloto que nós estamos querendo conhecer melhor para realizarmos aqui. Ela consiste na necessidade de o preso ser apresentado ao juiz num prazo máximo de 24 horas após a prisão. É um projeto muito interessante, porque, na prática, significa que há menos possibilidade de arbitrariedades. Para uma pessoa que é presa indevidamente, o tempo que ela passa na cadeia é irrecuperável.

Novas iniciativas

“ Estamos programando um mutirão para os executivos fiscais (documento emitido pelo Judiciário importante em transação imobiliária), para resolver a pendência de milhares de processos. Com esse trabalho, poderemos permitir uma maior arrecadação do município, que será convertida em ações públicas. Estamos mantendo contato e boas relações com a procuradoria municipal para a realização da ação. Também criamos duas varas (Caruaru e Petrolina) para a violência contra a mulher. As pessoas têm reclamado muito que esse tipo de crime tem crescido no interior.

Assunto: Lembre-se	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Caderno C	Seção: dia a dia/Mirella Martins
Página: 3	Data: 08/06/2015

jornal do commercio

**Antonieta Chiappeta inaugura
amanhã, às 10h, a Casa de Justiça
e Cidadania do TJPE, na sua
Faculdade de Olinda, a Focca.**

Assunto: Processo eletrônico	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção: Repórter JC
Página: 2	Data: 06/06/2015

jornal do  commercio

Processo eletrônico

Vem do Judiciário um bom exemplo a ser seguido nesta Semana do Meio Ambiente, que se encerra hoje. Durante o 2º Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável desse Poder, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou que a adoção integral do Processo Judicial Eletrônico (PJe) representou para a Justiça do Trabalho uma economia de 2 mil toneladas de papel. Ou 50 mil árvores por ano. Ao mesmo tempo, o conselheiro Rubens Curado apresentou um levantamento revelando que só em 2006 transitaram no Supremo Tribunal Federal 680 toneladas de papel. De acordo com a divulgação, o STF recebe anualmente cerca de 100 mil processos, que representam 0,3% dos casos novos que chegam ao Judiciário. O que dá uma ideia da quantidade do que se gasta. O sistema virtual de processos do CNJ, além da preservação do meio ambiente, também representa um economia de recursos financeiros.

Assunto: É uma... Vergonha	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção: Folha da Cidade/Robson Sampaio
Página: 2	Data: 06/06/2015



■ **É UMA...** - Luiz Miranda, de 33 anos, precisa tomar três doses, a princípio, da injeção Lucentis, pois sofreu um enfarto em um olho e continua com hemorragia. Pois bem, o cidadão teve que entrar na Justiça para conseguir a medicação pela Secretaria Estadual de Saúde.

■ **...VERGONHA** - O desembargador Erik de Souza Dantas Simões deu ganho de causa a Luiz, com multa diária de mil reais, e, mesmo assim, a Secretaria de Saúde não atendeu a decisão do juiz. Esse problema vem se arrastando, há quatro meses, e o cidadão não está enxergando nada. E corre o risco de perder a visão. Um absurdo.

Assunto: Aluno da PM vai a Júri Popular

Veículo: NE10

Data: 08/06/2015

Editoria:

Seção:



PERNAMBUCO

ALUNO DA PM VAI A JÚRI POPULAR

Aluno da PM é julgado nesta segunda por morte de garoto em bloco no Carnaval de 2008

Assunto: Aluno da PM vai a Júri Popular	
Veículo: NE10	Data: 08/06/2015
Editoria:	Seção:



Aluno da PM é julgado nesta segunda por morte de garoto em bloco no Carnaval de 2008



Julgamento será nesta segunda, às 9h, e deve durar apenas um dia
Foto: divulgação

Nesta segunda-feira (8) será julgado um dos dois acusados da morte de um garoto de 13 anos durante ensaio de um bloco de Carnaval no Recife em 2008. O menino teria sido vítima de uma ação violenta de dois alunos da Polícia Militar. Na ocasião, o jovem Denis Henrique Francisco dos Santos teria sido agredido pelo acusados, que teriam dado uma “gravata” no menino e o espancado com golpes de cassetete.

O acusado a ser julgado nesta segunda é Eduardo de Souza Xavier. O júri popular será realizado, às 9h, no Fórum Rodolfo Aureliano, na Joana Bezerra, área central do Recife, e será presidido pela juíza Fernanda Moura de Carvalho. O segundo acusado, Baltazar Arantes e Silva, será julgado em outra oportunidade ainda não agendada. Os dois são acusados de homicídio qualificado e podem ser condenados a até 30 anos de prisão.

Na época do crime, os estudantes - na época com 23 anos - alegaram que precisaram dar o golpe na vítima para retirá-lo de uma confusão. A irmã do menino, Ana Cláudia dos Santos, disse na ocasião que Denis não estava envolvido na briga ocorrido no ensaio de um bloco no bairro do Bongi, em prévia carnavalesca, e que começou a apanhar porque estava perto da confusão. Ela alegou ainda que, quando os estudantes da PM perceberam que ele estava muito machucado, teriam deixado o local sem prestar socorro.

De acordo com o promotor do caso, André Rabelo, os acusados estavam fazendo a segurança do evento. "O treinamento de campo é uma das etapas para a conclusão do curso dos alunos da Polícia Militar". O adolescente foi levado a um hospital a menos de um quilômetro do local da festa, mas já chegou morto. O laudo do Instituto de Medicina Legal (IML) afirmou que o garoto morreu vítima de asfixia mecânica.

Assunto: RS planeja implantar audiências de custódia antes do fim do ano	
Veículo: Conjur	Data: 08/06/2015
Editoria:	Seção:



RS planeja implantar audiências de custódia antes do fim do ano

O Poder Judiciário do Rio Grande do Sul pretende implantar ainda em 2015 as audiências de custódia, iniciativa que prevê a apresentação do preso em flagrante ao juiz em 24 horas, ocasião em que devem se manifestar a defesa e o Ministério Público.

A previsão foi anunciada pelo presidente da seccional gaúcha da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Bertoluci, depois de se reunir com o presidente do TJ-RS, desembargador José Aquino Flôres de Camargo, e com o corregedor do tribunal, desembargador Tasso Delabary.

O modelo tem sido "vendido" pelo Conselho Nacional de Justiça aos estados, depois de projetos em São Paulo e no Espírito Santo. A ideia é que o juiz avalie sem demora a legalidade da prisão, se é necessário manter o encarceramento ou se pode conceder a liberdade, com ou sem cautelares, além de avaliar possível ocorrência de agressões ou maus tratos.

O presidente do TJ-RS afirmou que já vem debatendo o assunto com representantes da Defensoria Pública e do Ministério Público. Camargo anunciou o início da elaboração do Termo de Cooperação que irá viabilizar a implantação das audiências no estado. “As audiências de custódia asseguram a disposição constitucional que preserva e dignidade da pessoa humana. Nesse quesito, vai diretamente ao encontro do que é sustentado pela seccional gaúcha, na medida em que preserva e assegura os direitos humanos”, apontou o presidente da OAB-RS. Segundo Bertoluci, a iniciativa também vai abrir o campo de atuação para os advogados.

Pacto de San José - O debate decorre de convênio firmado, no final de abril, entre o Conselho Federal da OAB e o CNJ para estimular o projeto em todos os estados. O conselho adota como justificativa um acordo firmado pelo Brasil em 1992, quando assinou a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica.

Em seu artigo 7º, inciso 5º, o documento estabelece que “toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável ou de ser posta em liberdade, sem prejuízo de que prossiga o processo”.

Segundo o CNJ, já manifestaram interesse em fazer parte da iniciativa os judiciários de Minas Gerais, Amazonas, Tocantins, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Ceará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal. Um projeto de lei sobre o tema (PL 554) tramita desde 2011 no Senado. Com informações da Assessoria de Imprensa da OAB-RS e do TJ-RS.